

# A Baixada Fluminense e suas cidades



# Queimados

Profa. Ms. Roberta de Souza Campos

# POR QUE “QUEIMADOS”?

- Os queimadenses construíram memórias próprias sobre a história da cidade e sobre o significado de seu nome. As narrativas estão no “imaginário popular”, nas redes sociais e são transmitidas até por órgãos públicos;
- A hipótese de o Imperador D. Pedro II ter nomeado o território, em 1858, após observar queimadas nos morros dos arredores, na ocasião da inauguração da estação de trem “Ottoni”. A fazenda de nome São João de Queimados aparece em jornais e documentos de litígio de terras desde o início do século XIX;
- A hipótese de imigrantes chineses, chamados de “chins” pelo estereótipo da época, vulnerabilizados por surtos e epidemias, quando participavam da construção da estrada de ferro como trabalhadores e por fim tiveram seus corpos queimados, também posterior à datação da Fazenda;
- A hipótese de que pessoas vitimadas pela hanseníase, pejorativamente conhecida como “lepra”, tiveram seus corpos queimados. A existência da Estrada do Lazareto em Queimados elevou esta hipótese, acreditou-se automaticamente na existência de um “lazareto” ou “leprosário” na região, mas não há até o momento indício documental algum. Não há menção a “lazareto”, “leprosário”, “sociedade filantrópica” ou “colônia” na região nos Almanacks Laemmert (1891-1940), por exemplo;
- A última hipótese, a violência escravista contra insurretos também é associada à origem desse nome. De qualquer modo, permanece a questão do porquê a Fazenda de São João de Queimados, pertencente ao Capitão João Pereira Ramos, desde 1815, foi batizada com este nome. Nesse sentido, a dúvida deve continuar quanto à origem do nome da Fazenda e não da cidade, não por preciosismo, mas por delimitação do objeto e pela crítica historiográfica;
- Mito de origem do município: “Ficções históricas” e “especulações” que se desenvolvem numa comunidade afetiva (Halbwachs), a própria curiosidade humana em exercício;





# A PRÉ-HISTÓRIA, A GUERRA GUANABARINA E OS TUPINAMBÁ

► Sítio Campo Alegre (RJ-LP-44), destruído pela extração de areia, apresentou urnas funerárias distribuídas ao redor de uma parte central. O material que foi recuperado em condições adversas é considerado Tupi-Guarani, estava localizado a 1 km de um córrego e a 3 km do rio dos Poços;

► Os Tupinambá, de origem Tupi-Guarani, possuem subdivisões étnicas determinadas por seus processos familiares, sociais e históricos (Tupiniquim, Temiminó, Tamoio etc.) Os povos originários considerados Tupinambá aparecem na cartografia do século XVI ocupando toda a margem das Baías, de Guanabara e de Sepetiba, com diversas aldeias espalhadas pelos rios Meriti, Sarapuí, Iguaçu e Guandu;

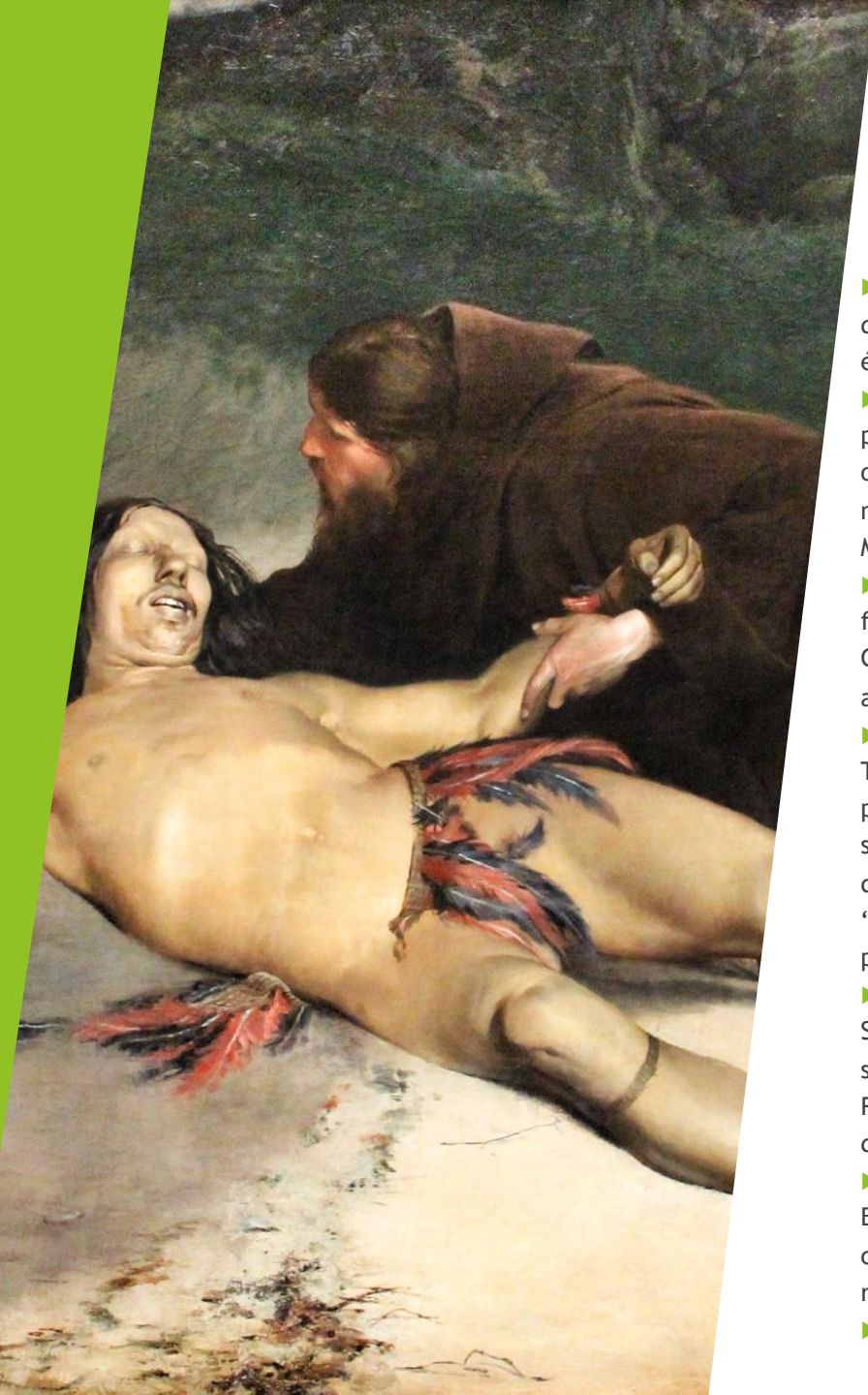
► A história da ocupação colonial do Recôncavo da Guanabara está relacionada à história de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que os Tupinambá que viviam nas cercanias da Guanabara faziam escambo com os franceses desde os primeiros contatos. Já os portugueses se aliaram à uma “fração” Tupinambá: os Temiminó (Ilha do Governador);

► Batalha de Uruçumirim (1567): É considerada o marco de fundação do Rio de Janeiro. Os Tupiniquim advindos da Bahia, do Espírito Santo e de São Vicente, que já eram aliados dos portugueses, também engrossaram as fileiras, assim a “Batalha das Canoas” na Guanabara teve seu desfecho com a derrota franco-tamoia. Acredita-se, portanto, que os Tupinambá da região que nos interessa tenham se somado à chamada Confederação dos Tamoios (1554-1567), uma “coalisão” Tupinambá que se estendeu de Cabo Frio à São Vicente em guerra contra os portugueses e seus tradicionais inimigos, os temiminós e tupiniquins;

► Cristovão Monteiro, um destacado conquistador português, representante da primeira elite de São Vicente e do Rio de Janeiro, que lutou Uruçumirim inclusive, foi agraciado com várias sesmarias ao longo dos anos: Carioca, Gávea, Campo Grande, Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz, Rio Guandu e Rio Iguaçu, abocanhando uma fatia de terras considerável no Rio de Janeiro durante o século XVI (Pedroza);

► Não temos detalhes da conquista e da colonização sobre os Tupinambá que viviam na atual Baixada Fluminense, faltando estudos mais detidos sobre esse assunto. Os escassos relatos dão conta de “incursões comandadas pelos primeiros governadores contra as aldeias tamoias do recôncavo”. (Abreu, 2010, p. 216)

► “O último tamoio” de Rodolfo Amoedo, 1883.



# MARAPICU: FAZENDA, ENGENHO, FREGUESIA E MORGADIO

► Doação de sesmarias nas margens do rio Marapicu à Garcia Aires (1592) e Baltasar da Costa (1593) (Prado). A sesmaria de Garcia Aires deu origem ao Engenho do Ipiranga (Piranga), ao Engenho do Cabuçu e à Fazenda Marapicu, que é considerada o primeiro núcleo de povoamento colonial na região. Marapicu foi a propriedade senhorial mais importante do período colonial nessa região por ter pertencido a famílias poderosas (Vasques, Vasqueanes, Inácio de Madureira, Marquês de Fontes - Abrantes ou Fonxes - e por último os Azeredo Coutinho);

► “Governo dos engenhos” (Rodrigues; Demétrio): Estratégias de acumulação que incluíam “bens materiais” (fazendas, engenhos, navios etc.), “bens simbólicos” (títulos, cargos de governança, patentes militares etc., com soldos) e principalmente escravizados, “um patrimônio que produzia valor” (Moura, 1987, p. 45). A reprodução social da “casa”, por meio dos casamentos, das carreiras eclesiásticas, militares e das redes de aliança, privilegiando vínculos endogâmicos;

► Entre os descendentes dos Azeredo Coutinho, Marapicu foi adquirida pelo Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos de Lemos Faria e sua esposa Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, advindos da fidalguia portuguesa. Este casal foi responsável por vários marcos coloniais: Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (1737), a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe (1750) e fundaram uma Irmandade local (1754). O território foi elevado à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu em 1759, ligada ao Distrito de Guaratiba. O Morgado é instituído em 1772, amarrando diversas propriedades da família, inclusive uma sumaca;

► Os filhos desse casal se tornaram importantes quadros: O primogênito tornou-se desembargador em Portugal, o secundogênito tornou-se governador do Piauí e o caçula Bispo de Coimbra, enquanto todas as filhas mulheres seguiram carreira eclesiástica. Porém, quem administrava in loco o Morgado de Marapicu era Inácio de Andrade Souto Maior Rondon (1734-1815), o segundo na escala sucessória e terceiro filho homem dos Azeredo Coutinho (Rodrigues). Inácio Rondon foi reformado no posto de brigadeiro, além de dono de metade da “escravaria” local. O exemplo do Morgado de Marapicu representa uma estratégia singular da elite colonial na concentração da propriedade fundiária e na projeção social da família senhorial numa freguesia rural;

► As freguesias rurais do Recôncavo que tinham sido importantes para a economia canavieira e abastecimento da cidade no período anterior, ganhavam uma dimensão de escoadouro com o advento das Minas no século XVIII;

► A fotografia mostra os descendentes de Inácio Rondon já no Império, Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, Marquês de Itanhaém, que foi tutor dos filhos de D. Pedro II após José Bonifácio. 1866, Coleção Princesa Leopoldina;





# FAZENDA SÃO JOÃO DE QUEIMADOS

► Na imagem a Vila de Estrela (1848) que escoava produtos locais (Rugendas), além do Porto de Itaguaí. O café já era escoado pela região desde o início do século XIX, por meio de tropas de muleiros (burros e muares) e carregadores escravizados. Estradas foram abertas para esse fim: a Estrada da Polícia em 1820 (Nossa Senhora da Conceição/Pavuna, Brejo/Belford Roxo, Cava, Rio d'Ouro, São Pedro, Sant'anna de Palmeiras e Belém/Japeri) e a Estrada do Comércio em 1822 (Iguassú, Serra do Tinguá, Serra da Viúva, Paty de Alferes e Rio Paraíba). A Estrada do Mato Grosso e a Estrada dos Fazendeiros escoavam a produção de Marapicu, Cabuçu e Queimados;

► Foi construída na década de 1810 pelo Capitão João Pereira Ramos, possivelmente parentela ou agregado dos Azeredo Coutinho. No século XIX a propriedade fundiária nessa freguesia rural passa a ter outro valor, diferente da acumulação senhorial observada anteriormente com o caso de Marapicu;

► Através de um processo judicial entre o capitão citado e sua própria filha, Demethildes Ignácia de Andrade, foi possível a historiografia observar o interesse no direito de cessão pelas elites, isto é, o arrendamento como forma de acumulação dos senhores, que não tinham mais interesse em viver na freguesia rural, mas na corte ou na Europa;

► Com o falecimento de sua mãe, Demethildes tinha direito à meação da mãe, mas seu pai negou a abertura do inventário por anos a fio. A justiça deu ganho de causa à filha e em 1851 houve o sequestro de bens. No entanto, a herdeira de Queimados transferiu seu direito de meação a um terceiro, Pegado, para viver de renda (Rodrigues);

► Pegado entrou em conflito com um arrendatário da fazenda, Camarinha, que era produtor de açúcar e dono de um comércio de Secos e Molhados, açougue, padaria e hotel na propriedade, brigaram pelo valor pago no arrendamento (Machado);

► Em 1857, com a morte do capitão, entretanto, a herdeira de Queimados negociou sua outra parte. Flores comprou seu direito de herança, dela e de Pegado, entretanto não arcou com a dívida no prazo, o que fez Demethildes negociar com Camarinha. Em 1859 a justiça anulou essa negociação e a herdeira teve de ficar com a fazenda indesejada. O mercado de terras no século XIX promovia a cessão do direito de herança, pois significava a liquidez para o herdeiro, enquanto o comprador podia multiplicar os bens avaliados posteriormente, o absenteísmo. Essa contenda revela a mudança de interesses da elite imperial, mais interessada em acumular dinheiro do que terras;

► Outras pessoas viviam como arrendatários na Fazenda de Queimados, o que mostra um “mecanismo de transferência de renda líquida dos mais pobres para os mais ricos, aumentando a acumulação destes últimos, e atuando como instrumento de controle da elite agrária sobre a população livre e pobre” (Machado, 2019, p. 236);

► Os conflitos vieram à tona na década de 1850 quando a ferrovia já era anunciada e inaugurada na região;





# ERA DA FERROVIA, IMIGRAÇÃO, ESCRAVIDÃO E PÓS-ABOLIÇÃO

► A implementação da ferrovia significava não apenas a circulação de pessoas e o transporte da produção em quantidade e tempo recorde, mas a liberação da mão de obra escravizada que fazia os carregamentos para outras atividades. A chegada do trem à vapor é um exemplo de “modernização sem mudança social” (Moura), afinal as transformações técnicas e o desenvolvimento das forças produtivas por si só não promoveram alteração significativa nas relações sociais, mas readaptaram as formas de exploração da mão de obra através da manutenção da escravidão;

► A incidência de fugas de escravizados na baixada iguaçuana foi grande durante todo o século XIX, a existência de resistentes quilombos nas cabeceiras dos rios Sarapuí e Iguaçu incomodava as autoridades policiais que não conseguiam dismantelá-los facilmente. Com a Lei Eusébio de Queiróz (1850) houve um “súbito aumento de preços” no mercado escravista e o Vale do Paraíba passou a absorver boa parte da mão de obra cativa. Além disso, em 1855 e 1856 epidemias de cólera vitimaram sobretudo escravizados na Corte e na província fluminense. Tais fatores foram responsáveis pela diminuição da população escravizada em diversas regiões, inclusive na freguesia de Marapicu;

► Em 1858 o governo imperial entregou o primeiro trecho da EFDPII, que compreendia as seguintes estações: Campo da Aclamação (Corte), São Cristovão, Engenho Novo, Cascadura, Sapopemba (Deodoro), Maxambomba (Iguaçu) e Queimados. Depois, no final do mesmo ano, foi inaugurado mais um trecho da EFDPII ligando Queimados à Belém (Japeri). O que foi inaugurado foi o “Pouso de Queimados”, a linha de passageiros só começou a circular em 1870, revelando o interesse como escoadouro da produção cafeeira (Simões). O objetivo era chegar ao Vale do Paraíba (Barra do Piraí) e iniciar uma bifurcação, uma linha em direção à São Paulo e outra em direção à Minas Gerais;

► A mão de obra utilizada para a construção da Estrada de Ferro foi fundamentalmente a livre, mas também a escravizada e em Queimados foi registrada a utilização da mão de obra de imigrantes, principalmente chineses. A construção do trecho que liga Queimados à Belém (Japeri), conhecido como “brejo dos caramujos”, foi um dos trechos mais mortíferos da EFDPII pelo surto de malária, chamada na época de “impaludismo”. Chamados pejorativamente de “chins”, os chineses em condições piores que a do colonato de seus congêneres, realizaram trabalhos em condições muito próximas à escravidão. Os chineses migraram numa situação de vulnerabilidade grande para o Brasil, jovens e solteiros, aumentando sua exploração e opressão, somado ao racismo;

► A abolição da escravidão coroou o processo de decadência econômica na região que já estava em curso, devido à concorrência com o Vale do Paraíba (café) e com Campos de Goytacazes (açúcar), além dos surtos e epidemias, que culminaram no chamado “vazio demográfico”;

► O declínio populacional de escravizados desde meados do século XIX não significa ausência da população negra, ao contrário, o enraizamento e a estabilização da família negra na Baixada é observada no pós-abolição. Acredita-se que a desagregação econômica abriu espaços de possibilidade para a população negra se estabelecer como posseiros, próximo aos centros urbanos e à linha férrea, nos quais desenvolveram ocupações em constante mobilidade espacial. As trajetórias de Dionísio Antonio Fernandes (Costa) e Francisco Caetano Madeira (Nascimento) em Queimados revelam isso;



## A FRUTA DE OURO E A TERRA DA FORTUNA

- Em fins do século XIX a laranja foi introduzida na região de Iguassú, além disso mudanças administrativas ocorreram espelhando mudanças socioespaciais. As localidades próximas às linhas férreas foram tendo mais importância, Iguassú foi transferida para Maxambomba (1891), Marapicu (Queimados) tornou-se distrito de Maxambomba (1892), a cidade passa a se chamar “Nova Iguaçu” (1916) e Queimados se torna sede do 2o distrito de Nova Iguaçu (1924), ultrapassando Marapicu;
- Perspectiva do “Cinturão Verde”: obras de saneamento, desobstrução e dragagem de rios em Nova Iguaçu pelo governo federal, primeiro na Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, instaurada no governo Nilo Peçanha, e depois pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), criado pelo governo Getúlio Vargas. A bacia do rio dos Poços só foi atacada em 1936. Assim, pouco a pouco, no início do século XX a região foi registrando crescimento populacional. Nova Iguaçu registrou o maior crescimento percentual no Brasil, entre 1920 e 1940 (Souza);
- “Cidade perfume” e “Califórnia brasileira”: a citricultura figurava como potencial substitutivo ao café, ao açúcar e à borracha para a economia brasileira, fortemente pautada pelo “agrarismo” das elites. Queimados também se torna “entrepósito da laranja” e “distrito laranjeiro”, ainda que produzisse menos que Cabuçu e Austin. As antigas fazendas foram parceladas e transformadas em “chácaras” de laranjas;
- A pomicultura desenvolveu uma cadeia produtiva agroindustrial, devido à instalação dos barracões de beneficiamento a partir de 1929: capinas, adubações, plantio, enxerto, podas e colheita. Nas “packing houses”: lavavam, secavam, escovavam e separavam por aspecto, tamanho e qualidade. Em seguida, embalavam em papel de seda, encaixotavam e selavam. Mercado de caixas de madeira e agrotóxicos (Souza);
- A maior parte das terras agricultáveis de Queimados estavam nas mãos da Cia. Fazendas Reunidas Normandia S. A., que tinha mais de 80 mil hectares na região, um latifúndio com poucos contratos de arrendamento e parceria para a citricultura, assim Queimados teve um papel coadjuvante. A Normandia pertencia a Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, elite proeminente e influente do Rio de Janeiro, em Queimados foram especuladores e expulsavam camponeses de terras devolutas;
- Crise cítrica (década de 1940): dependência do comércio exterior e de navios frigoríficos estrangeiros; não se fabricava sucos, refrescos, geleias, doces, sabonetes e óleos, apenas a comercialização in natura; ausência de uma política nacional de Petróleo e Gás. Os pressupostos liberais da economia destruíram o “Ciclo da laranja”;
- Com o fim da II Guerra Mundial, a laranja não teve oportunidade de recuperação, porque começou a “onda loteadora”. A “febre imobiliária” atingiu todas as bordas da região metropolitana do Rio de Janeiro e Niterói, o “sonho da casa própria” começava a ser gestado frente ao aumento dos aluguéis e à exportação do modelo estadunidense de subúrbios. Assim, bairros proletarizados e pautados na autoconstrução (Simões) começaram a surgir na década de 1950. As prefeituras foram rápidas para lotear, mas insuficientes em garantir infraestrutura, os lotes embora fossem atrativos pelo custo relativamente baixo das prestações não vinham acompanhados dos serviços necessários: saneamento básico, água encanada, asfalto, transporte público, luz elétrica, postos de saúde, escolas, áreas de lazer, comércios e ausência de policiamento. O que favoreceu acumulação capitalista de vários setores, principalmente imobiliárias, construção civil e lojas de material de construção;
- Os compradores dos lotes advinham de várias localidades, mas podemos destacar principalmente imigrantes nordestinos e imigrantes cariocas, muitas vezes advindos das favelas do Rio de Janeiro, que chegaram na Baixada Fluminense devido a remoções ou voluntariamente na perspectiva de uma vida melhor. Entre 1950 e 1970 a população de Nova Iguaçu cresceu 400%! A inauguração da Presidente Dutra em 1951 deu pontapé à industrialização;
- Charge da Revista Careta representando a crise da laranja em Nova Iguaçu, 1941;





# ATUAÇÕES POLÍTICAS CONTRA A DITADURA MILITAR EM QUEIMADOS

► Os anos 1960 se iniciam como o período de maior agudização da luta de classes no Brasil. A polarização da política brasileira era reflexo disso. Embora direita e esquerda possuíssem diversos matizes, a direita se unificava em bloco no “anticomunismo” (Netto) e a esquerda se unia na pauta estrutural da reforma agrária, divergindo a respeito do próprio caráter reformista ou revolucionário dessa política;

► Na tônica das trajetórias e dos movimentos populares, optamos por selecionar duas biografias e uma paróquia: Ismael Ramos, militante do PCB, Dom Adriano Hypólito, bispo de Nova Iguaçu, e o trabalho da Pastoral Afro na Paróquia Nossa Senhora de Fátima;

► Um comunista “heterodoxo”: dono de três farmácias em Nova Iguaçu, a Drogaria São Jorge (centro), a Drogaria Mello (Austin) e mais uma em Queimados, a Drogaria Iguaçu(?), na Estrada Rio D’Ouro. Foi eleito vereador em Nova Iguaçu pelo Partido Social Trabalhista (PST), já que o PCB estava na ilegalidade, em 1962, mas foi o primeiro a ter o mandato cassado após o golpe militar. “Desde a década de 1940, promovia reuniões clandestinas do PCB no interior de suas farmácias, em Nova Iguaçu, cidade onde residia” (Domingues). Nos Inquéritos policiais militares (IPMs), diversas acusações são destinadas a Ismael, inclusive a de distribuir mantimentos na guerrilha do Caparaó e panfletos em Nilópolis por meio de avião monomotor. Os militares também o acusaram de liderar um movimento contrainsurgente no 1º de abril de 1964, que supostamente pretendia dinamitar linhas de trem e pontes na região;

► A política institucional em Nova Iguaçu nos marcos da Ditadura Militar experimentou um processo de instabilidade ímpar, com a nomeação de “interventores” pelos militares: “onze prefeitos em onze anos” (Batista), o queimadense Joaquim de Freitas (ARENA) foi, inclusive, um desses interventores nomeados como prefeito, entre 1966 e 1967;

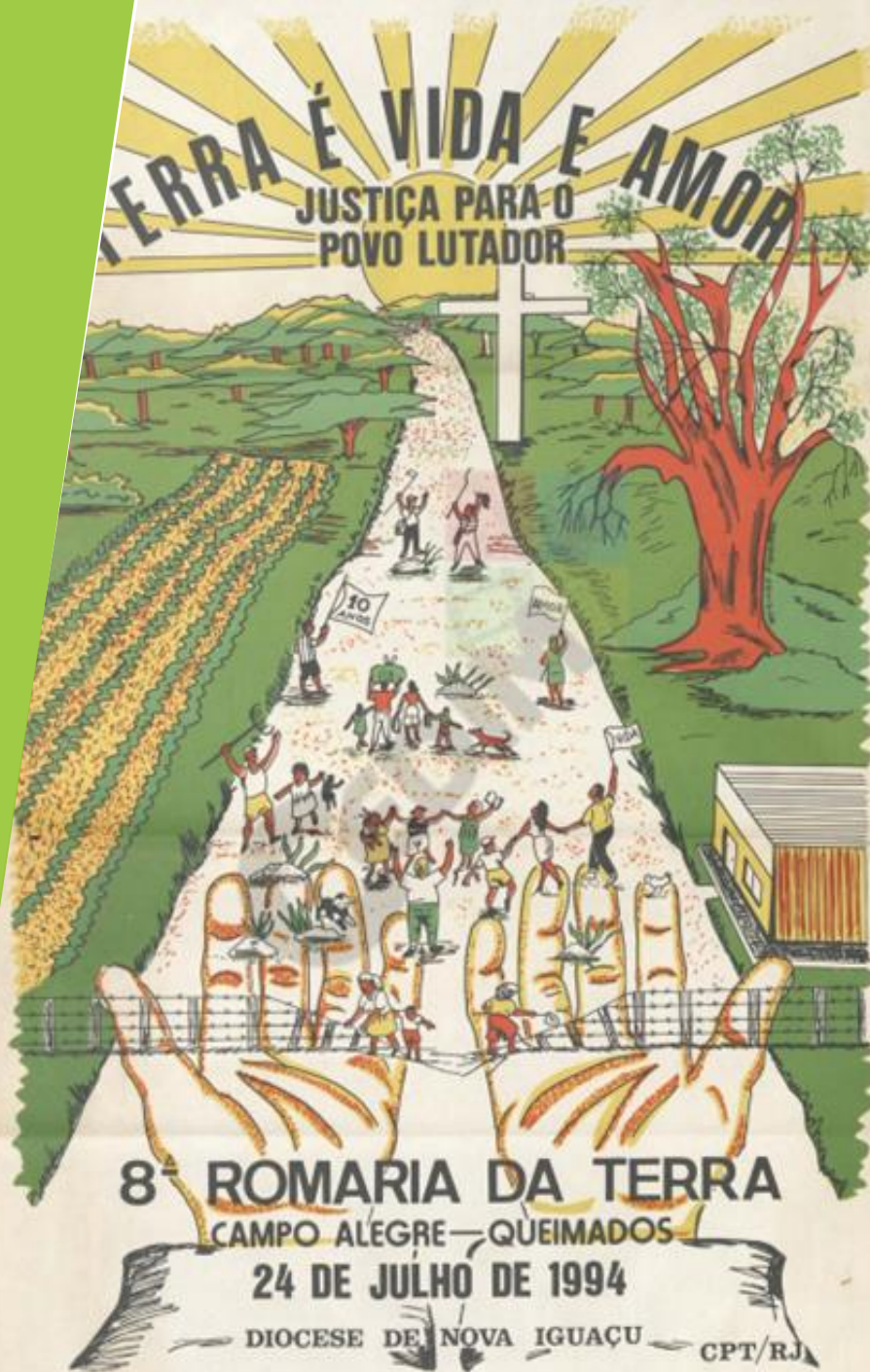
► Setores da Igreja Católica ao adotarem a Teologia da Libertação como base teórica foram importantes para a resistência contra a ditadura. O bispo franciscano D. Adriano foi nomeado em 1966 e atuou até a década de 1990 em Nova Iguaçu. Uma atuação crítica e popular à frente da Diocese, “serviu” e organizou os movimentos sociais, dando suporte à criação de associações e pastorais específicas, além de ter usado sua voz para questionar a violência crônica e os assassinatos cometidos por “grupos de extermínio” na Baixada Fluminense. Adotou estratégias de evangelização e formação de leigos para que enfrentassem os problemas sociais da Baixada Fluminense, através do Centro de Formação de Lideranças (1973) e das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs. Ajudou na implementação das seguintes organizações: Pastoral Operária, Pastoral das Mulheres Marginalizadas, Pastoral do Negro, Pastoral da Terra, Pastoral dos Imigrantes, Pastoral do Menor Abandonado, Pastoral Carcerária, Pastoral dos Pescadores e Pastoral dos Indígenas. Além disso, apoio e assessoria na formação das Associações de Moradores, Movimento Amigos do Bairro (MAB), Movimento Integração Comunidade (MIC), Sindicato de Domésticas, Clube de Mães etc., além da própria Comissão de Justiça e Paz. Sofreu dois atentados bárbaros (1976 e 1979);

► “Grupo Afro Consciência Negra”: em 1988, a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica foi “A fraternidade e o negro”, na ocasião foi produzido inúmeras cartilhas e jornais debatendo a questão do negro, representando a “Via Crucis” do Povo Negro, ou seja, uma revisão crítica do papel da Igreja Católica na perpetuação da escravidão. Desde 1997 a Paróquia de Fátima já realizava “missas afro”;

► Bispo D. Adriano, fotografia de O Globo;



## A LUTA PELA TERRA EM CAMPO ALEGRE



► Com a desativação da citricultura muitos trabalhadores agrícolas foram dispensados nos anos 1950, enquanto outros que chegavam se deparavam com o colapso. Assim, alegando origem pública das terras, as chamadas “terras devolutas”, movimentos campesinos deram início a prolongados períodos de ocupação e luta pelo direito à terra em Nova Iguaçu. Do outro lado, grileiros, fazendeiros, exploradores de lenha e a própria Cia. Normandia ofereciam impedimentos, armando verdadeiros exércitos de jagunços contra os camponeses (Grynspan; Bastos);

► Outra pastoral bem difundida na Baixada Fluminense foi a Pastoral da Terra que com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mediaram diversos conflitos fundiários e auxiliaram o movimento camponês no período da redemocratização, tinham como lema: “a luta pela terra e a luta na terra”;

► A Fazenda Campo Alegre, então abandonada, foi ocupada por camponeses em 1984, que vinham de contextos de expulsão em Xerém e Petrópolis. Alguns “fazendeiros” entraram com liminares pela manutenção da “posse”, numa delas acusavam Bráulio Rodrigues e Laerte Rezende Bastos como “incitadores”, ambos eram lideranças camponesas e populares que atuavam na luta pela terra na Baixada Fluminense desde o período anterior à Ditadura Militar. A própria Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Iguaçu usa o termo “grilheiros”, recomendando que o mutirão Campo Alegre faça denúncias na 55ª DP contra as ameaças que sofriam;

► Brizola ensaiou fazer uma reforma agrária estadual em Campo Alegre, mas dado que eram terras federais, a Comissão de Assuntos Fundiários desapropriou cerca 3.500 hectares em 1986. Porém, somente em 2006 as famílias tiveram o assentamento regularizado, foi reconhecido o direito de posse e a titularidade da terra, 21 anos depois;

► Em 1994 uma Romaria pela Terra foi marcada em Queimados, com festividades e barraquinhas, considerada a “Festa do Trabalhador Rural”. Campo Alegre, nos anos 1980 e 1990, é exemplo de um catolicismo popular à serviço da reforma agrária;

► Cartaz CPT, CEDIM;



# INDUSTRIALIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

► Embora Nova Iguaçu tenha dado início ao seu processo de industrialização na década de 1950, com a instalação da via Dutra, Queimados só começou a sofrer mudanças efetivas na década de 1970: uma linha de ônibus ligando o distrito ao Rio de Janeiro (1973), a pavimentação da Estrada de Carlos Sampaio (1975) e a construção de um reservatório de água (1976), que foi inaugurado pelo presidente militar E. Geisel e o governador Faria Lima em visita à Queimados (Araújo Filho apud. Costa);

► O Distrito Industrial de Queimados (DIQ) foi instalado em 1978, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava a continuidade do chamado “milagre econômico”, já em esgotamento nesse momento;

► A situação industrial de Queimados pode ser dividida em três fases: instalação, estagnação e reestruturação (Pinho), que estiveram suscetíveis ao contexto político-econômico estadual, nacional e internacional. O II PND visava a criação de vários distritos industriais, a redução da concentração industrial em São Paulo e desenvolvimento da cadeia produtiva interna - bens de capital, bens duráveis e bens de consumo leves. Contudo, à luz da Crise do Petróleo e do endividamento público, o país entrou numa “longa onda recessiva” que teve efeito até os anos 1980 e 1990 (Netto). O DIQ ficou marcado pela oscilação do número de empresas, situação agravada pelo neoliberalismo e pelo impacto da 4ª Revolução Industrial (flexibilização, pós-fordismo). A reestruturação nos anos 2000 e 2010 está ligado ao ciclo de crescimento dos governos petistas e seu consórcio estadual, com o PMDB, com investimentos ligados aos megaeventos, ao PAC, ao Arco Metropolitano e ao Comperj. Esse período de crescimento, por sua vez, é oriundo do contexto econômico internacional, o superciclo das commodities, que chegou ao término em 2013. A situação da “Guerra fiscal”;

► Primeiras emancipações (Duque de Caxias, 1943, e Nilópolis, 1947), “Centro Pró-Melhoramentos de Queimados” (1954) e Centenário da Estrada de Ferro em Queimados (1958). “Hiato” de emancipações (Simões), e a estabilização do “campo político estadual” (Costa);

► Abandono e precariedade do distrito de Queimados. “Distrito-dormitório” e o movimento pendular não só para o trabalho, mas para o acesso à serviços;

► 1º Plebiscito (1988): Abaixo-assinado com mais de mil assinaturas, propondo que o município a ser criado comportasse Queimados, Cabuçu, Marapicu, Algezur e Km 32. A ALERJ propôs a inclusão dos territórios de Japeri e Engenheiro Pedreira, para que não ocorresse a descontinuidade territorial. Mas não houve quórum suficiente, Japeri e Cabuçu defendiam que a sede do município fosse em seus territórios;

► 2º Plebiscito (1990): Criação da Associação de Amigos pelo Progresso de Queimados (AAPQ) e o enquadramento de memórias (apartidarismo, na verdade pluripartidarismo, consolidação dos indivíduos em suas respectivas carreiras políticas). Dessa vez o quórum foi alcançado, após a exclusão dos territórios de Japeri, Engº. Pedreira, Cabuçu e Km 32 do pleito;

► AAPQ, Blog: [memoriaqueimados.blogspot.com](http://memoriaqueimados.blogspot.com).



# BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABREU, Maurício de Almeida. Geografia Histórica do Rio de Janeiro. Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.
- BASTOS, Gabriel. Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense. UFRJ, Tese de Doutorado, 2022.
- COSTA, Carlos Eduardo. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 35, nº 69, 2015.
- COSTA, Cláudia. Nas Disputas das Memórias: Narrativas Acerca da Emancipação de Queimados - RJ. UERJ, Dissertação de Mestrado, 2014.
- DEMÉTRIO, Denise. Senhores Governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques. Rio de Janeiro, c. 1697 - c.1702. UFF, Tese de Doutorado, 2014.
- DOMINGUES, Márcia. A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60. UFRJ, Monografia de graduação, 2016.
- GRYNSZPAN, Mário. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria Ignez. (Orgs.) Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
- MACHADO, Rubens da Mota. O Morgado em perspectiva: A política administrativa do Morgado de Marapicú (1772-1940). UFF, Tese de Doutorado, 2019.
- MOURA, Clóvis. Da Insurgência Negra ao Escravismo Tardio. Estudos Econômicos, São Paulo, V. 17, Nº Especial, 1987.
- NASCIMENTO, Álvaro. Francisco Caetano Madeira: um empreendedor negro no pós abolição. In. NASCIMENTO, Álvaro; BEZERRA, Nielson. (Orgs.) De Iguassú à Baixada Fluminense: Histórias de um Território. Curitiba: Appris, 2019.
- NETTO, José Paulo. Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2014.
- PEDROZA, Manoela. Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870). UFF, Tese de Doutorado, 2018.
- PINHO, Miguel. Do crescimento exponencial ao declínio: Elementos para analisar a Reestruturação Regional e a Cidade de Queimados. In. ROCHA, André. (Org.) Baixada Fluminense: Estudos Contemporâneos e (Re) Descobertas Histórico-Geográficas. Curitiba: Asamih, 2020.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, Nº3, 1989.
- PRADO, Walter de Oliveira. História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da Cidade. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- RODRIGUES, Ana Paula Souza. O governo dos engenhos no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII). UFRJ, Tese de Doutorado, 2020.
- SIMÕES, Manoel. Cidade Estilhada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Entorno, 2011.
- SOUZA, Sonali Maria de. Da Laranja ao Lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.